

Especial Rumos da economia

Conjuntura Críticas são contra juros altos, política econômica e intervenção do Estado no mercado

Cresce a insatisfação no meio empresarial com o governo Lula

Ricardo Balthazar
De São Paulo

Na última vez em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em março, a chiadeira começou assim que ele concluiu seu discurso e se retirou do auditório do Palácio do Planalto em que se realizou o encontro.

O primeiro a falar foi o empresário Antoninho Marmo Trevisan, petista de primeira hora e dono da Trevisan, uma firma de auditoria e consultoria. Ele atacou a política econômica, queixou-se dos impostos e disse que a estagnação da economia era sinal de que o conselho fracassara ao tentar "cumprir sua missão".

Mais tarde foi a vez do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto. Reclamou que não lhe deram atenção na discussão da nova política industrial. Depois o presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, pegou o microfone. Disse que a política econômica só atende aos interesses dos banqueiros.

Os empresários são maioria no conselho, criado por Lula para promover o diálogo com os diversos segmentos da sociedade. Dos 23 conselheiros que se mani-

festaram na última reunião, 12 eram empresários que se inscreveram para fazer críticas e reclamar do governo. Uma dúzia de ministros assistiu à primeira metade do encontro, mas só dois ficaram até o fim para escutar.

A insatisfação com o governo Lula tem crescido no meio empresarial. Ela reflete a impaciência das empresas diante dos juros altos e das restrições impostas pela política econômica. Muitos empresários também estão incomodados com a lentidão da administração petista e a dificuldade que Lula parece ter para lidar com tensões sociais crescentes.

"O diálogo com o governo melhorou em muitos aspectos, mas ainda é pouco eficaz", diz o empresário Sérgio Haberfeld, presidente do conselho de administração da fabricante de embalagens Dixie Toga e membro do conselho de Lula. "É mais fácil falar com um ministro hoje do que no passado, mas nada anda."

Esse tipo de dificuldade é visível na atuação do CDES. A maioria das sugestões que os conselheiros apresentaram no ano passado, durante a discussão das reformas tributária e previdenciária, foi ignorada mais tarde, quando os assuntos chegaram ao Congresso.

A opinião dos conselheiros também foi consultada antes do

projeto que cria a Parceria Público-Privada (PPP). Emplacaram duas sugestões, um critério para o reajuste dos contratos que a Câmara derrubou, e um dispositivo inócuo, que manda considerar a "responsabilidade social" das empresas nos projetos de PPP sem definir como ela deveria ser avaliada.

Parte do problema tem a ver com as origens do conselho. A ideia nasceu na campanha eleitoral, quando Lula se esforçava para ganhar a confiança de banqueiros e empresários, mas sua missão nunca foi definida com precisão. Pelo menos dois empresários que fizeram críticas ao governo no conselho receberam depois a informação de que sua atitude aborrecera o presidente.

Outro fator é o desgaste sofrido pela capacidade de iniciativa de Lula. "Questões que pareciam engatilhadas no início do governo perderam força, como a reforma tributária e a ideia de que a política econômica ficaria menos restritiva após uma fase de transição", avalia o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva.

Atritos têm sido frequentes em algumas áreas, como na discussão das regras para o mercado de energia elétrica. O modelo adotado pelo governo, que depende da definição de vários detalhes



Horácio Lafer Piva, presidente da Fiesp: "questões que pareciam engatilhadas no início do governo perderam força"

técnicos para ser implementado, amplia a intervenção do Estado no mercado e tem recebido críticas das empresas privadas que têm negócios nessa área.

"Eles ouviram todo mundo no setor, mas a impressão que ficou é que optaram pelo modelo que já estava pronto na cabeça deles desde o início", diz o presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), José Augusto Marques.

O aumento da intervenção do governo tem criado desconforto em outras áreas. A Petrobras estuda a conveniência de voltar a investir na indústria petroquímica. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já teve atritos com empresas nacionais poderosas como a Companhia Vale do Rio Doce e a Embraer e tem pensado em promover fusões na siderurgia.

Existe apreensão mesmo em setores que têm recebido atenção especial das autoridades. A indústria farmacêutica é um

exemplo. Foi escolhida como alvo prioritário da nova política industrial, mas vive recebendo sinais contraditórios de Brasília.

O Ministério da Saúde não abre mão do controle sobre os preços dos remédios e o governo tem indicado que prefere fortalecer os laboratórios estatais do que explorar a capacidade ociosa no setor privado. "Há boa vontade nos ministérios, mas as conversas demoram a produzir resultados", diz o vice-presidente executivo da Biosintética, Omilton Visconde Júnior.

As invasões dos sem-terra e os conflitos nas favelas do Rio fizeram aparecer outra preocupação. Empresários imaginavam que Lula teria força para conter essas tensões por causa das ligações entre o PT e os movimentos sociais, mas temem que a estagnação econômica esteja esgarçando essas relações e acham que o governo tem sido tolerante com os movimentos.

Com uma agenda de problemas tão ampla, os empresários encontram dificuldades para se unir em

torno de posições comuns. "Temos um relacionamento mais intenso com o governo, mas falta uma organização com maior representatividade para expor nossos pontos de vista", diz o vice-presidente do conselho de administração do grupo Suzano, Daniel Feffer.

No início do governo Lula, num jantar na véspera da primeira reunião do CDES, Gerdau sugeriu uma iniciativa nessa direção, propondo que os empresários atuassem como um bloco uniforme. A ideia foi abortada depois que o presidente da Gradiante, Eugênio Staub, se opôs ao plano argumentando que ele poderia transformar o conselho num campo de batalha entre vários grupos de interesse.

Apesar da impaciência dos empresários, o governo tem dado demonstrações de que é sensível às críticas. Na semana passada, Lula criou mais um grupo de trabalho, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), e pôs oito empresários dentro.